

OS DESAFIOS E LIMITAÇÕES DO PROFESSOR DE FLE (FRANCÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA) EM UMA COMUNIDADE RURAL DE ALAGOINHAS

Sílvia Maria Santos Marinho¹

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Martins Moreira

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo investigar as práticas de letramento desenvolvidas pelo professor de Língua Estrangeira (Francês) na Escola Estadual Dr. João Carlos Meireles Paulilo, situada em Riacho da Guia, comunidade campesina, distrito de Alagoinhas, visando compreender se as mesmas contribuem para a formação de um sujeito crítico, e de que forma o ensino de FLE promove o reconhecimento desse indivíduo, enquanto cidadão, para que ele possa descobrir as várias formas de conhecer o mundo, mesmo pertencendo a uma comunidade do campo. O presente trabalho terá como suporte teórico estudos realizados por Magda Soares (2001); Paulo Freire (1977); Ângela Kleiman (2006); Tomaz Tadeu da Silva (2013); Silvano Santiago (2004); Gilles Deleuze e Félix Guattari (2000), para discutir e ressignificar as práticas de letramento e a formação do professor de língua estrangeira (Francês). Esses autores são tomados como referência, na medida que refletem sobre o processo de formação do sujeito crítico e a formação do professor de língua estrangeira. Para desenvolvimento desse trabalho, serão feitas observações em sala de aula, além de entrevistas, para visibilizar e investigar o trabalho desenvolvido por professores de ensino de FLE.

Palavras-chave: Professor de FLE. Práticas de letramento. Ressignificação. Sujeito crítico.

INTRODUÇÃO

As diferentes práticas de letramento desenvolvidas em contextos variados e específicos de nossas vidas constroem níveis de aprendizado, de desenvolvimento de leitura e de escrita que contribuem para a formação identitária de cada sujeito dentro de um determinado contexto. Segundo Kleiman “Os estudos do letramento têm como objeto de conhecimento os aspectos e os impactos sociais do uso da língua escrita.” (KLEIMAN, 1995, p. 1). O ensino de língua estrangeira deve contemplar essa proposta, na perspectiva de possibilitar um consistente e variado aprendizado. Para que isso se efetive é necessário pensar em um aprendizado voltado para a formação de um sujeito crítico. Quando se tem acesso a um ensino de língua estrangeira onde os agentes preocupam-se com a formação integral do indivíduo, essa língua pode fazer com que os indivíduos vejam o mundo e suas possibilidades de outra forma.

Sabe-se que o valor atribuído ao nosso discurso está relacionado ao valor social de quem fala, à posição social que a pessoa ocupa. Dessa forma, ser falante de uma segunda língua pode levar o indivíduo a ser visto de outra forma, visto que este falante de língua estrangeira está frequentemente organizando e reorganizando seu pensamento em relação a noção de quem ele é, e como interage com o mundo a seu redor. Assim, pode-se dizer que, à medida que se investe em

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: silviamarinho@ig.com.br

aprender uma segunda língua, estamos investindo na construção de nossa própria identidade social. Vale ressaltar, ainda, que, nas práticas educacionais, assim como em outras práticas da vida social, identidades e crenças são elaboradas, negociadas e transformadas de maneira contínua, e intermediadas através da língua.

Pensar o ensino de Língua francesa em Alagoinhas é pensar numa forma de ruptura com os paradigmas vigentes que regem a educação do ponto de vista colonizador. Descolonizar nesse contexto passa a ser sinônimo de ter liberdade de escolha, uma vez que a própria Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96, Art. 36, inciso III) oportuniza a liberdade de escolha no aprendizado de uma segunda língua estrangeira. O curso de licenciatura em língua francesa e literaturas, da UNEB/Campus II, assim como o ensino da disciplina de Língua Francesa nas escolas públicas de Alagoinhas, não pode ser visto como curso e/ou disciplina com menos valor ou desnecessário, em relação a outros cursos ou outras disciplinas.

A língua francesa está presente em diversas universidades estaduais e federais, a exemplo da UnB em Brasília, da Universidade Federal do Rio grande do Sul, da Universidade Federal do Amazonas, da Universidade Estadual de Alagoas, da PUC de São Paulo, entre outras. A partir desse contexto, percebe-se que a língua francesa tem a sua importância no que se refere à formação do sujeito contemporâneo. Aqui na Bahia, temos a UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana, a UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz e a UNEB, campus II, Alagoinhas, com cursos de licenciatura em Língua Francesa, entretanto, nessa região, esse curso não tem muita visibilidade frente a outros cursos ligados, por exemplo, à saúde, aos cursos ligados às engenharias, entre outros, mesmo no campus II da UNEB, tendo um Mestrado em Crítica cultural, cuja parte da bibliografia é de autores franceses.

É importante fazer com que esse curso permaneça sendo oferecido normalmente nesses locais. Por outro lado, parece haver um interesse em manter esse mesmo curso na invisibilidade. Esse desejo pode reproduzir uma ideologia de prestígio constituída por crenças que nos levam a aceitar e acreditar nas estruturas capitalistas existentes como boas e necessárias. Manter, somente, o ensino de língua inglesa nas escolas públicas pode representar a manutenção de um sistema voltado exclusivamente para a comercialização. A escola atua nesse sistema como um veículo de transmissão ideológico do estado, através do seu currículo, quando privilegia a manutenção apenas de uma língua estrangeira, língua essa que representa uma das potências econômicas mundiais.

Deste modo, a Escola Estadual Dr. João Carlos Meireles Paulilo pode ser vista como um exemplo de resistência com a manutenção da disciplina de Língua Francesa, ressaltando que é uma escola situada no campo, mas localiza-se à margem do centro urbano. E foi a partir desse contexto

que tive o interesse de pesquisar sobre os desafios enfrentados pelo professor de Língua Francesa em uma comunidade anônima como a de Riacho da Guia. Hoje, como mestranda do curso de Crítica Cultural, pretendo contribuir para que o ensino de Língua Francesa não só permaneça nessa escola, mas que a manutenção dessa disciplina possa assegurar, aos estudantes dessa comunidade, um nível de educação diferenciado, marcado pela construção de um sujeito crítico capaz de fazer a diferença no meio em que vive. Da mesma forma, quero poder contribuir para que o professor de FLE (Francês) reflita sobre seu papel e sobre a importância do seu trabalho na comunidade. Dentre as várias contribuições que esse professor pode oferecer, especificamente, a esses alunos, ressalta-se a necessidade de ressignificar o ensino da língua estrangeira, mostrando que esse ensino pode oportunizá-lo a adentrar em outros espaços, outras culturas e, ao mesmo tempo, ressignificar a sua própria existência.

Existem diversos mecanismos que definem a organização de muitas instituições de ensino no nosso país. O programa em Crítica Cultural pode, através de seus estudos e reflexões, ajudar-nos a entender melhor os mecanismos político-ideológicos que sustentam a manutenção de um sistema perverso e discriminatório em relação às minorias; a questionar os parâmetros de uma sociedade que usa a educação como privilégios de determinados grupos ou como forma de aprisionar a consciência, e que, ao invés de ser usado como instrumento de libertação, pode ser usado de forma contrária. Paulo Freire (1977), reforça a ideia de que a educação deve ser pensada e efetivada como instrumento de libertação.

Esta busca do ser mais, porém, não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existentes, daí que seja impossível dar-se nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos. Ninguém pode ser, autenticamente, proibindo que os outros sejam, esta é uma exigência radical. O ser mais que se busque no individualismo conduz ao ter mais egoísta, forma de ser menos. De desumanização. Não que não seja fundamental – repetamos – ter para ser. Precisamente porque é, não pode o ter de alguns converter-se na obstacularização ao ter dos demais, robustecendo o poder dos primeiros, com o qual esmagam os segundos, na sua escassez de poder (FREIRE, 1977, p. 74-75).

Dentro do contexto do ensino de língua estrangeira, esse aprisionamento pode estar representado pela manutenção de apenas uma língua estrangeira no currículo escolar, uma vez que a própria LDB assegura a possibilidade de inserção de uma segunda língua. Nesse caso, vale lembrar que o currículo, segundo Silva (2013) “é um espaço de poder”. Além de destacar que “é um aparelho ideológico do Estado capitalista. O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é em suma, um território político”. Nesse caso, a manutenção apenas da língua inglesa na grade curricular das escolas públicas está atrelada à economia norte-americana, vista ainda no cenário mundial econômico, como um referencial de poder. No entanto, na contemporaneidade, as teorias pós-

críticas defendem a ideia da descentralização do poder, pois o poder deve estar espalhado por toda rede social reforçando a ideia que não mais existe um único centro.

O ENSINO DE LÍNGUA FRANCESA EM ALAGOINHAS: UMA QUESTÃO DE PODER

Existem diversos mecanismos que definem a organização de muitas instituições de ensino no nosso país. O programa em Crítica Cultural pode, através de seus estudos e reflexões, ajudar-nos a entender melhor os mecanismos político-ideológicos que sustentam a manutenção de um sistema perverso e discriminatório em relação às minorias; a questionar os parâmetros de uma sociedade que usa a educação como privilégio de determinados grupos ou como forma de aprisionar a consciência, e que, ao invés de ser usado como instrumento de libertação, pode ser usado de forma contrária. Dentro do contexto do ensino de língua estrangeira, esse aprisionamento pode estar representado pela manutenção de apenas uma língua estrangeira no currículo escolar.

Por outro lado, é preciso desconstruir a ideia de que o conhecimento existe para única e exclusivamente se opor ao poder e perceber que o conhecimento é parte integrante ao poder (SILVA, 2013). É preciso que o conhecimento seja um instrumento que faça com que todo cidadão se reconheça enquanto membro de uma comunidade, enquanto sujeito ativo capaz de transformar o nosso espaço de forma significativa: reconhecendo, preservando e valorizando sua cultura.

Nesse contexto, a Crítica Cultural contribuirá para a formação de uma consciência crítica necessária a uma sociedade que não privilegia suas minorias. Deleuze e Guattari (1995, p.36), na introdução de sua obra *Mil Platôs: capitalismo e Esquizofrenia*, mostram uma estratégia metodológica rizomática que se distingue por “não ter começo nem fim”, porque atua em vários espaços, descaracterizando a existência de um único centro, “não há centro e nem periferia”. Essa noção de descentralização acaba por questionar a dominação de quem sempre esteve geograficamente no centro para focalizar quem sempre esteve em zonas periféricas, levando-nos a pensar em outras possibilidades e alternativas para fazer emergir tudo que estava à margem.

Associar esse método rizomático ao ensino de língua francesa em Alagoinhas é pensar essa prática como uma forma alternativa em relação à manutenção do ensino de uma única língua estrangeira, a língua inglesa, nas escolas públicas. A inserção de uma segunda língua representaria a diferença, a descentralização, o deslocamento de uma visão mercadológica, que abala aquilo que é considerado como a dominação do centro. Entretanto, para que essa descentralização aconteça, é preciso que haja revoluções, mudanças, a começar pelo cumprimento do Art. 36, inciso III da 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases, que admite o ensino de duas línguas na grade curricular das

escolas públicas de Ensino Médio. A mudança de mentalidade, daqueles que estão no poder e dirigem suas respectivas escolas, também é pré-requisito para que esse evento se realize.

Para reforçar essa ideia de subordinação em relação a outrem, Tomaz Tadeu diz o seguinte:

Embora seja evidente que somos cada vez mais governados por mecanismos sutis de poder tais como os analisados por Foucault, é também evidente que continuamos sendo também governados, de forma talvez menos sutil, por relações e estruturas de poder baseadas na propriedade de recursos econômicos e culturais (SILVA, 2013, p.145).

Nesse contexto, não se pode ignorar que o fato dos Estados Unidos pertencerem a um bloco econômico poderoso, o poder político desse país continua “imperando” no que se refere à escolha da língua estrangeira nas escolas públicas brasileiras. Ensinar a língua inglesa não significa necessariamente ter acesso a uma outra cultura como forma de ampliação de visão de mundo. Em função da sociedade de consumo, o ensino de língua inglesa representa uma necessidade capitalista, uma exigência de mercado. Dessa forma, a “necessidade” de estudar a língua inglesa aparece como a reprodução de um processo de globalização, cujo objetivo é fortalecer a extensão dos níveis de exploração econômica em relação aos países que não fazem parte do grupo dos países mais ricos do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de FLE (Francês) não deve ser visto simplesmente como mais uma disciplina que cumprirá seu programa ensinando um conjunto de estruturas linguísticas. Ensinar/aprender uma língua estrangeira é tornar real ações sociais que considerem quem somos e quem participa conosco desse processo de interação. Ter uma segunda língua estrangeira como disciplina regular, nas escolas públicas, nos levará a conhecer melhor outras culturas e perceber como esse aprendizado pode repercutir nas relações sociais e na construção de nossa identidade.

O que se pretende com este trabalho não é propor a substituição do ensino de língua inglesa pelo ensino de língua francesa, mas possibilitar uma reflexão sobre a importância da inserção de uma outra língua estrangeira, no caso a língua francesa, no currículo da Educação Básica, já que na região há o curso de licenciatura em Língua Francesa e suas Literaturas. Esse trabalho será também uma oportunidade de verificar a relevância das práticas de letramento desenvolvidas pelo professor de FLE, em Riacho da Guia, partindo do lugar de fala desse professor. A partir da perspectiva de análise da Crítica Cultural, será possível ter uma visão mais contundente sobre o assunto, permitindo perceber as implicações sociopolíticas que circundam os espaços reservados ao ensino de FLE, em uma comunidade rural da cidade de Alagoinhas, cidade na qual está localizada a Universidade do

Estado da Bahia. Esse espaço acadêmico, assim como as escolas de Ensino Fundamental ou Médio, devem ser espaços legitimados de permanentes questionamentos, de luta e de resistência com o objetivo de viabilizar a articulação entre educação e cultura. Vale salientar ainda, que os desafios de formar sujeitos críticos num mundo composto por múltiplas culturas é responsabilidade do conjunto das instituições sociais, assim espera-se que a escola faça a sua parte.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção IV. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 28 ago. 2014.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, F. Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, pp. 7 – 37.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 4ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.
- KLEIMAN, Angela B. Leitura e prática social no desenvolvimento de competências no ensino médio. In. BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Org.). *Português no Ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- SANTIAGO, Silvano. A Democratização no Brasil (1979-1981): Cultura versus Arte. In: *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3ª edição, 4ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed., 2. reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.